



GT 57. Migrações e Deslocamentos

Coordenador(es):

Natália Corazza Padovani (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Este GT, proposto no âmbito do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, visa reunir trabalhos que reflitam sobre diferentes “regimes de mobilidades”. Migrações e deslocamentos são objeto de processos de diferenciação vinculados a assimetrias e “localizações sociais”. Categorias como “permanência e mobilidade” são tensionadas nos processos de governamentalidade voltados para quais sujeitos e populações podem/devem permanecer e/ou mover-se. Exílios, expulsões e deslocamentos forçados são contrastados com imaginários sobre turismo e cosmopolitismo. Migrações e deslocamentos, assim, podem ser analisados frente ao modo como “viagens” e “refúgios”, por exemplo, diferenciam pessoas frente a categorizações de raça, gênero, sexualidade, classe, nacionalidade, geração, entre outras, as quais enredam práticas e normativas de segurança e proteção dos territórios e estados nacionais. Nos interessam trabalhos que examinem a produção de mobilidade/imobilidade, circulação/contenção, legalidade/ilegalidade; e/ou processos de subjetivação e a incidência de marcadores sociais na delimitação de fronteiras territoriais e sociais. A intenção é abranger pesquisas realizadas a partir de temas voltados para as várias formas de deslocamentos e “regimes de mobilidades” através de fronteiras, que podem ou não ser transnacionais. Consideramos que o deslocamento entre fronteiras das cidades, bem como urbanas, ou “rurais e urbanas”, podem trazer elementos etnográficos e analíticos ao debate proposto.

Retorno como ?dívida moral?? A experiência de pesquisadores brasileiros em mobilidade internacional

Autoria: Leonardo Francisco de Azevedo (UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora)

O presente work, parte de uma investigação de doutorado, pretende analisar a experiência de mobilidade internacional de pesquisadores brasileiros que, financiados por agência de fomento nacional através de bolsas de estudo, realizaram doutorado no exterior. Baseando-se nas entrevistas realizadas com pesquisadores que concluíram seu doutorado completo em uma instituição estrangeira - tanto os que retornaram e trabalham atualmente no Brasil quanto aqueles que estão construindo suas carreiras no exterior -, pretende-se analisar de que maneira a obrigatoriedade de retorno e permanência no Brasil pelo mesmo período da estadia em outro país, imposta pelas agências de fomento nacionais, são vivenciadas por esses sujeitos. Discursos em torno de uma ?dívida moral?, ?contribuição? e ?obrigação? com a sociedade brasileira surgem na narrativa desses sujeitos sobre suas próprias experiências. Sendo muitas as dificuldades enfrentadas por vários deles no processo de reinserção acadêmica e profissional no sistema universitário brasileiro, após anos no exterior, acionam esse discurso seja para sustentar o projeto de retorno ao Brasil, seja para destacar as dificuldades encontradas no retorno e a posterior decisão de construir uma carreira internacional. Pretendemos, portanto, explorar as diferentes facetas dessas experiências, explorando de que forma tal obrigatoriedade do retorno se configura, na experiência concreta desses sujeitos, como um ?contradom?, fazendo com que esses atores incorporem, em suas próprias vidas, o discurso da obrigatoriedade da retribuição pelo que ?receberam? da sociedade brasileira, através de suas bolsas de estudo no exterior.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: